



EDITAL DO PROCESSO Nº 200/2026 DE PROCEDIMENTO AUXILIAR CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026

Credenciamento de instituições financeiras para operacionalização do Programa "Candói Mais Crédito", visando a concessão de crédito com subsídio de juros a Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) com atividade econômica desenvolvida e comprovada no Município de Candói

Índice

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO	2
2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	3
3. ESCLARECIMENTOS INICIAIS.....	3
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	4
5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
6. DA FASE DE REGISTRO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO	6
7. DO PRAZO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.....	6
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	6
9. DO SANEAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
10. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS.....	8
11. DA FASE RECURSAL.....	8
13. DO CONTRATO	9
14. DOS REQUISITOS DOS CONTRATOS DE CRÉDITO.....	9
15. HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO	10
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	11
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11

Anexos

ANEXO I - Termo de referência
Apêndice do Anexo 1 - Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II - Modelo de requerimento de participação
ANEXO III - Minuta do termo de credenciamento.
ANEXO IV - Declaração unificada.
ANEXO V - Declaração de capacidade operacional
ANEXO VI - Declaração de Aceitação das Condições do Programa
ANEXO VII Declaração de Disponibilização de Informações
ANEXO VIII Declaração de Integridade





EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026 PROCESSO Nº 200/2026

O Município de Candói, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85140-000, telefone (42) 3638-8017, e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br, através do seu agente de contratação, torna público o edital de Credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 296, de 2023, da Lei Municipal nº 1.812, de 2025 (Candói Mais Crédito), e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o credenciamento de instituições financeiras para operacionalização do Programa "Candói Mais Crédito", visando a concessão de crédito com subsídio de juros a Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) com atividade econômica desenvolvida e comprovada no Município de Candói, nos termos da Lei Municipal nº 1.812, de 2025.

1.2. As instituições financeiras credenciadas concederão crédito diretamente aos beneficiários do programa, com recursos próprios, cabendo ao Município de Candói realizar o reembolso do subsídio de juros ao beneficiário, após a comprovação do adimplemento das parcelas.

1.3. O subsídio de juros será estruturado da seguinte forma:

- a) 1,0% (um por cento) ao mês de subsídio de juros para todos os beneficiários aptos;
- b) 0,8% (zero vírgula oito por cento) ao mês adicional para beneficiários que comprovarem a aquisição de produtos e/ou serviços no comércio local de Candói, ou que possuírem contratos administrativos vigentes com a Prefeitura de Candói ou com outra prefeitura localizada na microrregião da Cantuquiriguaçu.

1.4. O subsídio complementar previsto na alínea "b" do item 1.3 será cumulativo.

1.5. As operações cujo o percentual de juros ultrapassar os limites estabelecidos no item 1.3, a parte excedente ficará a cargo da empresa tomadora do crédito.

1.6. Nos contratos cuja taxa de juros praticada for inferior ao percentual definido no item 1.3, os subsídios se limitarão ao percentual contratado.

1.7. Os limites de financiamento por beneficiário são:

CATEGORIA	FATURAMENTO ANUAL	LIMITE DE CRÉDITO
MEI	Até R\$ 81.000,00	Até R\$ 5.000,00
ME	Até R\$ 360.000,00	Até R\$ 15.000,00
EPP	R\$ 360.001,00 a R\$ 4,8 milhões	Até R\$ 25.000,00

1.8. O valor GLOBAL estimado do programa para o exercício financeiro é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos da seguinte forma:

- a) 50% (R\$ 150.000,00) destinados a MEIs;





b) 50% (R\$ 150.000,00) destinados a MEs e EPPs.

1.9. A quantidade máxima de parcelas a serem subsidiadas não poderá ser superior a 36 (trinta e seis) meses por beneficiário.

1.10. O Município de Candói não poderá, em hipótese alguma, ser responsabilizado pelo crédito tomado, em caso de inadimplemento da beneficiária.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente credenciamento fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

a) Constituição Federal, arts. 170 e 174, que estabelecem o papel do Estado como agente normativo e indutor do desenvolvimento econômico;

b) Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);

c) Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 79, que dispõe sobre o credenciamento como procedimento auxiliar;

d) Lei Municipal nº 1.812/2025, que institui o Programa "Candói Mais Crédito";

e) Normas do Banco Central do Brasil aplicáveis às instituições financeiras;

f) Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

g) Princípios da Administração Pública (art. 37 da CF).

3. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Justificativa da adoção do credenciamento:

3.1. A adoção do credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização do Programa "Candói Mais Crédito" mostra-se a alternativa mais adequada e eficiente para atender ao interesse público, considerando a natureza do objeto e os objetivos da política pública a ser implementada.

3.2. O Programa "Candói Mais Crédito" tem como finalidade fomentar o desenvolvimento econômico local, ampliar o acesso ao crédito e fortalecer os Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) que desenvolvem e comprovam atividade econômica no Município de Candói, por meio da concessão de crédito com subsídio de juros. Trata-se de uma ação estratégica para estímulo à geração de emprego e renda, manutenção das atividades produtivas e fortalecimento do comércio e dos serviços locais.

3.3. Nesse contexto, o credenciamento se justifica por possibilitar a participação simultânea de múltiplas instituições financeiras, sem caráter de exclusividade, garantindo maior capilaridade, competitividade e liberdade de escolha aos beneficiários do programa. A diversidade de instituições credenciadas amplia as alternativas de atendimento, prazos, produtos financeiros e condições operacionais, permitindo que os empreendedores escolham a instituição que melhor atenda às suas necessidades.

3.4. Além disso, o modelo de credenciamento é plenamente compatível com situações em que não há competição por preço entre os credenciados, uma vez que as condições gerais do subsídio de juros são previamente definidas pela Administração Pública, restando às instituições





financeiras apenas a execução operacional do crédito. Tal formato encontra respaldo na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, por tratar-se de contratação em que todos os interessados que atendam aos requisitos podem ser habilitados.

3.5. A adoção do credenciamento também contribui para a celeridade, eficiência e economicidade do programa, reduzindo entraves administrativos, evitando a concentração do serviço em uma única instituição e assegurando maior alcance social da política pública. Ademais, garante tratamento isonômico às instituições financeiras interessadas, transparência no processo e continuidade na oferta do crédito ao longo da vigência do programa.

3.6. Diante do exposto, resta plenamente justificada a adoção do credenciamento de instituições financeiras como a forma mais adequada para a operacionalização do Programa “Candói Mais Crédito”, por atender aos princípios da legalidade, eficiência, isonomia, interesse público e promoção do desenvolvimento econômico local.

Demais esclarecimentos:

3.7. Sem prejuízo das publicações legais, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, serão divulgadas no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no site oficial da Prefeitura (www.candoi.pr.gov.br), cabendo aos interessados inteira responsabilidade de acompanhamento, não cabendo alegação de desconhecimento sobre quaisquer informações.

3.8. O Diário Oficial do Município é o Diário Oficial dos Municípios do Paraná acessível no site eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

4.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do sistema de Processos Digitais do Município (<https://candoi.cidade360.cloud>) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br.

4.3. O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.4. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado pelos mesmos meios que foi inicialmente publicado.

4.5. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão do agente de contratação será motivada nos autos.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar deste credenciamento qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste edital e seus anexos, que esteja previamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e possua objeto social compatível com o objeto do edital e ainda:

- a) Estar legalmente constituída e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- b) Possuir capacidade operacional para concessão de crédito ao público-alvo (MEIs, MEs e EPPs);





c) Aceitar as condições do subsídio de juros estabelecidas pelo Município conforme a Lei Municipal nº 1.812/2025;

d) Disponibilizar informações necessárias para acompanhamento e fiscalização do programa;

e) Observar a legislação vigente, inclusive normas de prevenção à lavagem de dinheiro e compliance;

f) Comprometer-se a enviar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo relatório com as parcelas recebidas relativas aos contratos derivados do programa.

5.2. É de responsabilidade do participante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3. O protocolo do requerimento de participação neste processo implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5.4. Não poderão se credenciar:

5.4.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

5.4.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.4.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão licitante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.4.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.4.6. Agente público da Prefeitura de Candói-PR.

5.4.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

5.4.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.





5.4.10. O impedimento de que trata a Cláusula 5.4.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5. A vedação de que trata a Cláusula 5.4.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA FASE DE REGISTRO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A vigência deste credenciado será de **01 (um) ano** contado da publicação do edital no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, portanto, neste prazo os interessados em participar do processo, deverão protocolar presencialmente na sede da Prefeitura Municipal, no setor de protocolo, ou através de protocolo digital acessível no sítio eletrônico <https://candoi.govbr.cloud> o requerimento de participação (Anexo II) e toda a documentação exigida na Cláusula Oitava deste edital.

6.2. O protocolo digital deverá ser encaminhado para “AGC - Agente de Contratação” e possuir como assunto “Entrega de envelopes de licitação”.

6.3. O protocolo do requerimento de participação vincula o participante, sujeitando-se, integralmente, às condições deste edital.

6.4. Será consultado se o interessado atende as condições de participação, em especial quanto as condições previstas na Cláusula Quinta deste edital.

6.5. Constatado que o interessado preenche os requisitos de participação, será aceito o requerimento de participação, e iniciado a fase de habilitação.

7. DO PRAZO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.1. Os requerimentos para participação serão analisados por ordem de chegada.

7.2. A documentação será analisada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de protocolo do requerimento de participação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será **verificada por meio do Sicaf**, nos documentos por ele abrangidos.

8.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de inabilitação.

8.3. Nos termos do Art. 39, § 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, a verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por protocolo digital, em formato PDF, junto com o requerimento de participação.





8.5. Os documentos anexados no Sicaf ou protocolo digital para fins de habilitação serão considerados cópia fiel dos seus originais, sob a fé e a responsabilidade do próprio peticionante.

8.6. Após o encaminhamento dos documentos de habilitação através do requerimento de participação, fica vedado a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (Lei 14.133/21, art. 64).

8.7. Os documentos exigidos a seguir são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do participante de executar o objeto do credenciamento, e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

Habilitação jurídica

8.7.1. Contrato social registrado na junta comercial ou documento equivalente capaz de comprovar a existência jurídica da pessoa.

Habilitação Técnica

8.7.2. Declaração de capacidade operacional para concessão de crédito ao público-alvo (MEIs, MEs e EPPs) – conforme Anexo V;

8.7.3. Declaração de que aceita as condições do subsídio de juros estabelecidas pelo Município conforme a Lei Municipal nº 1.812/2025 e o Termo de Referência – conforme Anexo VI;

8.7.4. Declaração de que disponibilizará informações necessárias para acompanhamento e fiscalização do programa – conforme Anexo VII;

8.7.5. Declaração de Integridade – conforme Anexo VIII

8.7.6. Declaração, conforme modelo disponibilizado com o edital, de que o licitante atende integralmente aos requisitos de habilitação, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital

8.7.7. Autorização para funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7.8. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.7.9. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual, e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

8.7.10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.7.11. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.





8.7.12. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo a ser disponibilizado com edital.

Habilitação Econômico-Financeira

8.7.13. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em prazo não superior a 3 (três) meses contados da data de apresentação das propostas.

Dos procedimentos

8.8. Nos termos do Art. 39, § 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, a verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. O interessado que atender a todos os requisitos previstos neste edital, se habilitado, será credenciado, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

8.10. A ausência de documentos ou apresentação de documentos em desconformidade, ensejará na inabilitação do participante, e impedirá o seu credenciamento.

8.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado provisoriamente habilitado, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.12. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei e edital.

9. DO SANEAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Documentos de habilitação

9.1. O agente de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

10. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

10.1. O resultado do julgamento do requerimento de participação, assim como a lista de credenciados será publicado no diário oficial do município, e divulgado no PNCP e sítio eletrônico do município, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis contados da conclusão da fase de habilitação.

11. DA FASE RECURSAL

12.1. Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação, na forma da Cláusula Nona.





12.2. Os recursos deverão ser protocolados no setor de protocolo do município OU pelo protocolo digital acessível no sítio eletrônico <https://candoi.cidade360.cloud>.

12.3. Os recursos serão dirigidos à autoridade máxima do órgão contratante por intermédio do agente de contratação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

12.4. A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do agente de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo ou não apresentados através de protocolo, não serão conhecidos.

13. DO CONTRATO

13.1. Exaurido a fase de habilitação e recursal, o procedimento será encaminhado à autoridade competente para homologação e emissão do termo de credenciamento.

13.2. Após a homologação e emissão do termo de credenciamento, será instaurado processo de inexigibilidade de licitação para contratação do objeto.

13.3. Homologado o processo de inexigibilidade será convocado os credenciados para assinatura do contrato.

13.4. O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.5. Os contratos terão vigência de 01 (um) ano contado de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogados nos termos da Lei e condicionados a vigência do Programa “Candói mais Crédito”.

13.6. A convocação será feita via ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o contrato, que deverá ser assinado digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal 138/2021.

13.7. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo interessado, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.8. A recusa injustificada para assinatura do contrato, ou cuja justificativa não seja aceita pela administração, implicará na instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

14. DOS REQUISITOS DOS CONTRATOS DE CRÉDITO

14.1. O cálculo dos juros deverá ser realizado pelo método da Tabela Price, com taxas pré-fixadas e parcelas fixas, vedada qualquer outra forma de cálculo.

14.2. As instituições financeiras poderão prever a cobrança de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor do crédito contratado, a título de custos operacionais, encargos financeiros, tarifa de abertura de crédito (TAC) ou comissão de garantia, os quais deverão ser assumidos pela empresa beneficiada.





14.3. Fica vedada na contratação a cobrança de tarifas, taxas ou qualquer outro valor, independentemente da nomenclatura, por parte do Agente Financeiro credenciado, além das autorizadas na Lei Municipal nº 1.812/2025.

14.4. É vedado aos agentes financeiros credenciados condicionarem a concessão do crédito vinculado ao programa ao fornecimento ou contratação de qualquer outro produto ou serviço.

14.5. A taxa de juros ordinária praticada pela instituição financeira conveniada deverá constar no contrato com a empresa beneficiária, de forma inequívoca e apartada das demais despesas operacionais, de modo a facilitar o processo de reembolso.

14.6. As cláusulas do instrumento a ser firmado entre a instituição financeira conveniada e a empresa beneficiária, relativas a juros e multas para aplicação nas obrigações inadimplidas, deverão observar e se limitarão à:

I – Juros de mora: juros pactuados, acrescidos de 1% (um por cento) mensal;

II – Multa de 2% (dois por cento) sobre a parcela vencida.

14.7. As despesas de IOF (Imposto sobre Operação Financeira) ou qualquer outro tributo existente são de responsabilidade do tomador do crédito.

14.8. Os contratos entre a instituição financeira e a empresa beneficiária, derivados do programa, deverão constar, sempre que possível, pertencerem ao programa: "Candói Mais Crédito".

15. HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

15.1. O credenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pela Secretaria Municipal Administração responsável pela gestão do credenciamento, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.

15.2. O não cumprimento das disposições do Decreto Municipal nº 296, de 2023, e deste edital, poderá acarretar o credenciamento ao credenciado, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções.

15.3. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu credenciamento mediante o envio de solicitação escrita a administração municipal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.4. A resposta ao pedido de credenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

15.5. O pedido de credenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções prevista na lei, regulamento e edital.

15.6. O credenciamento não exige a instituição financeira das obrigações já assumidas com os beneficiários do programa cujos contratos estejam em vigor.





16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o participante ou contratado que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Apresentar declaração ou documentação falsa.

16.1.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

16.1.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do objeto, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6. As penalidades menos graves serão aplicadas ao responsável em decorrência da infração administrativas que não se justifique a imposição de outra mais grave.

16.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O credenciamento de que trata este Edital não gera para a instituição financeira direito subjetivo à contratação, sendo facultado ao Município revogar o procedimento por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade.

17.2. É facultado ao Município, em qualquer fase do procedimento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3. As normas disciplinadoras deste Credenciamento serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre os interessados e desde que não comprometam o interesse público e a finalidade do credenciamento.

17.4. O credenciamento de determinada instituição financeira não implica preferência em relação às demais credenciadas.





17.5. Dos atos praticados será lavrado ata circunstanciada que será divulgada no sítio eletrônico oficial do Município.

17.6. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

17.7. Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação do seu requerimento de credenciamento e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do peticionário, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Este edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Município www.candoi.pr.gov.br.

Criado em 04 de março de 2026, e assinado digitalmente por **Lucimara Pinheiro da Silva**,
Agente de Contratação nomeada pela Portaria nº 217, de 2023.





ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

(arquivo separado, disponibilizado junto com o edital)





ANEXO II MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

(local e data)

Ao
Município de Candói - Estado do Paraná
Processo nº 200/2026
Credenciamento nº 90.002/2026

Identificação da empresa:

Razão Social:			
CNPJ:		Telefone:	() -
Email:			

Identificação do Responsável pela assinatura do contrato:

Nome:			
CPF:		RG/Órgão Emissor:	
Cargo:			
Email pessoal:			

Prezados Srs.

(.....nome da empresa.....), inscrito no CNPJ sob o nº, através do seu responsável legal que subscreve, vêm respeitosamente a vossa senhoria, REQUERER a participação no Processo nº 200/2026 de Credenciamento nº 90.002/2026 para credenciamento de instituições financeiras para operacionalização do Programa "Candói Mais Crédito", instituído pela Lei Municipal nº 1.812/2025, visando a concessão de crédito com subsídio de juros a Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) com atividade econômica desenvolvida e comprovada no Município de Candói, conforme serviços e preços fixados no edital.

(Identificação e assinatura do responsável legal ou
Procurador, neste caso encaminhar procuração)





ANEXO III
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026
PROGRAMA "CANDÓI MAIS CRÉDITO"
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2026

Termo de Credenciamento que entre si celebram o
MUNICÍPIO DE CANDÓI e a instituição financeira
_____, para
operacionalização do Programa "Candói Mais
Crédito".

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.684.478/0001-94, com sede na Av. XV de Novembro, 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, Candói/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, doravante denominado MUNICÍPIO, e a instituição financeira _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, nos termos da Lei Municipal nº 1.812/2025, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Credenciamento nº 90.002/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a habilitação da CREDENCIADA para operar o Programa "Candói Mais Crédito", concedendo crédito diretamente aos beneficiários do programa, com recursos próprios, cabendo ao MUNICÍPIO realizar o reembolso do subsídio de juros ao beneficiário, após a comprovação do adimplemento das parcelas.

1.2. O subsídio de juros será estruturado conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.812/2025 e no Edital de Credenciamento nº xxx/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

2.1. A CREDENCIADA obriga-se a:

- a) Operar linhas de crédito compatíveis com o público-alvo do programa (MEIs, MEs e EPPs);
- b) Realizar análise de crédito dos beneficiários conforme seus critérios internos;
- c) Formalizar os contratos de crédito diretamente com os beneficiários;
- d) Adotar o método da Tabela Price para cálculo dos juros, com taxas pré-fixadas e parcelas fixas;
- e) Enviar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo relatório com as parcelas recebidas;





- f) Disponibilizar informações necessárias para acompanhamento e fiscalização do programa;
- g) Mencionar nos contratos, sempre que possível, que pertencem ao Programa "Candói Mais Crédito";
- h) Manter, durante toda a execução deste Termo, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- i) Observar a legislação vigente, inclusive normas de prevenção à lavagem de dinheiro e compliance;
- j) Manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando a LGPD.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Analisar a documentação dos beneficiários e emitir Declaração de Aptidão com validade de 45 dias;
- b) Efetuar o reembolso do subsídio de juros diretamente ao beneficiário, mediante comprovação do adimplemento das parcelas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do programa;
- d) Notificar a CREDENCIADA sobre quaisquer irregularidades verificadas;
- e) Disponibilizar às instituições credenciadas as informações necessárias ao bom andamento do programa.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE

4.1. O MUNICÍPIO não poderá, em hipótese alguma, ser responsabilizado pelo crédito tomado, em caso de inadimplemento da beneficiária.

4.2. É de responsabilidade exclusiva do tomador do crédito qualquer encargo decorrente do inadimplemento das obrigações contratadas junto à CREDENCIADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, condicionado à vigência do Programa "Candói Mais Crédito".

5.2. A prorrogação dependerá da manifestação expressa das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela CREDENCIADA ensejará a aplicação das penalidades previstas no Edital de Credenciamento e na legislação aplicável, garantida a prévia defesa.





CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

7.1. O presente Termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Edital de Credenciamento e na Lei nº 14.133/2021.

7.2. A CREDENCIADA poderá solicitar seu credenciamento a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.3. O credenciamento não exime a CREDENCIADA das obrigações já assumidas com os beneficiários do programa cujos contratos estejam em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do presente Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato, designado pelo MUNICÍPIO.

8.2. A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Aplicam-se a este Termo de Credenciamento, no que couber, as disposições da Lei Municipal nº 1.812/2025, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Credenciamento nº xxx/2026.

9.2. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, observada a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Datado e Assinado digitalmente por **Aldoino Goldoni Filho** como contratante, por _____
como contratado, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do
Código de Processo Civil.





ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado do licitante)

Ao
Município de Candói, Estado do Paraná
Processo nº 200/2026
Credenciamento nº 90.002/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal subscrito:

1) Declara nos termos do Art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que de tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Credenciamento;

2) Declara, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação previsto no edital;

3) Declara nos termos do Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que os preços constantes no edital compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

5) Declara que não possui em seu quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente da Prefeitura de Candói-PR ou responsável pelo credenciamento, nos termos Art. 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6) Declara que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Candói ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e que deles não somos cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7) Declara que o responsável pela assinatura do instrumento contratual é o Sr(a), inscrito no CPF nº e-mail [informar e-mail para





envio do contrato.....] ocupante do cargo de nesta empresa. **(Se for procurador, encaminhar anexo a procuração);**

8) Declara que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de credenciamento, todas as comunicações, inclusive envio de requisições de compra, nota de empenho, notificações, citações e etc., poderão ser feitas através do e-mail, produzindo para todos os fins, total validade jurídica.

local e data

(identificação e assinatura do responsável legal ou
Procurador, neste caso encaminhar procuração)

Documento assinado digitalmente em 12/03/2026 09:46:14
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/TMG4i> para
verificar a autenticidade.





ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026
PROGRAMA "CANDÓI MAIS CRÉDITO"

A instituição financeira abaixo identificada, por seu representante legal infra-assinado, para fins de credenciamento junto ao Município de Candói/PR, referente ao Edital de Credenciamento nº XXX/2026, que visa operacionalizar o Programa "Candói Mais Crédito",

DECLARA

que possui plena capacidade operacional para concessão de crédito ao público-alvo do Programa "Candói Mais Crédito", qual seja: Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), conforme definições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Municipal nº 1.812/2025.

Declara, ainda, que dispõe de estrutura física, tecnológica e de pessoal adequadas para:

- a) Realizar análise de crédito dos beneficiários;
- b) Formalizar contratos de crédito diretamente com os beneficiários;
- c) Efetuar a liberação dos recursos financeiros;
- d) Acompanhar o adimplemento das operações;
- e) Enviar relatórios mensais à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Candói/PR, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Representante Legal)
(Cargo)
(CPF)

(Razão Social da Instituição Financeira)
(CNPJ)





ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PROGRAMA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026

PROGRAMA "CANDÓI MAIS CRÉDITO"

A instituição financeira abaixo identificada, por seu representante legal infra-assinado, para fins de credenciamento junto ao Município de Candói/PR, referente ao Edital de Credenciamento nº XXX/2026, que visa operacionalizar o Programa "Candói Mais Crédito",

DECLARA

que aceita integralmente as condições do subsídio de juros estabelecidas pelo Município de Candói, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.812/2025, no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento, comprometendo-se especialmente a:

- a) Adotar o método da Tabela Price para cálculo dos juros, com taxas pré-fixadas e parcelas fixas;
- b) Limitar a cobrança de custos operacionais, encargos financeiros, tarifa de abertura de crédito (TAC) ou comissão de garantia a, no máximo, 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor do crédito contratado;
- c) Não condicionar a concessão do crédito vinculado ao programa ao fornecimento ou contratação de qualquer outro produto ou serviço;
- d) Fazer constar no contrato com a empresa beneficiária a taxa de juros ordinária de forma inequívoca e apartada das demais despesas operacionais;
- e) Observar os limites de juros de mora (juros pactuados acrescidos de 1% ao mês) e multa (2% sobre a parcela vencida) nas cláusulas contratuais;
- f) Mencionar nos contratos, sempre que possível, que pertencem ao Programa "Candói Mais Crédito";
- g) Respeitar os limites de financiamento por categoria de beneficiário: MEI até R\$ 5.000,00; ME até R\$ 15.000,00; EPP até R\$ 25.000,00.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Candói/PR, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Representante Legal)
(Cargo)
(CPF)

(Razão Social da Instituição Financeira)
(CNPJ)





ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026

PROGRAMA "CANDÓI MAIS CRÉDITO"

A instituição financeira abaixo identificada, por seu representante legal infra-assinado, para fins de credenciamento junto ao Município de Candói/PR, referente ao Edital de Credenciamento nº xxx/2026, que visa operacionalizar o Programa "Candói Mais Crédito",

DECLARA

que disponibilizará ao Município de Candói todas as informações necessárias para acompanhamento e fiscalização do Programa "Candói Mais Crédito", comprometendo-se a:

- a) Enviar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, via protocolo eletrônico, relatório contendo as parcelas recebidas relativas aos contratos derivados do programa;
- b) Informar os dados dos contratos celebrados com os beneficiários do programa, incluindo valores, prazos, taxas de juros e situação de adimplemento;
- c) Comunicar imediatamente ao Município quaisquer irregularidades verificadas na execução dos contratos;
- d) Permitir o acesso dos fiscais municipais às informações e documentos relacionados ao programa, quando solicitado;
- e) Colaborar com auditorias e fiscalizações realizadas pelo Município ou por órgãos de controle externo;
- f) Manter arquivados, pelo prazo legal, todos os documentos relativos às operações realizadas no âmbito do programa;
- g) Observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) no tratamento das informações dos beneficiários.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Candói/PR, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Representante Legal)
(Cargo)
(CPF)

(Razão Social da Instituição Financeira)
(CNPJ)





ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026

PROGRAMA "CANDÓI MAIS CRÉDITO"

A instituição financeira abaixo identificada, por seu representante legal infra-assinado, para fins de credenciamento junto ao Município de Candói/PR, referente ao Edital de Credenciamento nº xxx/2026, que visa operacionalizar o Programa "Candói Mais Crédito",

DECLARA

sob as penas da lei, que:

- a) Não praticou e não praticará quaisquer atos de corrupção, fraude, suborno, propina ou qualquer outra conduta ilícita contra a Administração Pública, seja ela nacional ou estrangeira;
- b) Não ofereceu, prometeu ou pagou, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceiro a ele relacionado;
- c) Não financiou, custeou, patrocinou ou de qualquer modo subvencionou a prática de atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- d) Não utilizou e não utilizará de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- e) Possui e mantém programa de integridade ou compliance, ou compromete-se a adotar práticas de governança corporativa compatíveis com os princípios da ética e da moralidade administrativa;
- f) Compromete-se a comunicar às autoridades competentes qualquer conhecimento de ato ilícito que venha a ter ciência no curso da execução do Termo de Credenciamento.

Declara, ainda, ter ciência de que a falsidade da presente declaração caracteriza crime previsto no art. 299 do Código Penal, além de configurar infração administrativa sujeita às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Candói/PR, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Representante Legal)
(Cargo)

(Razão Social da Instituição Financeira)
(CNPJ)





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Identificador: wZB0.dcPm.g9wp

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes assinantes nas datas indicadas:

✓ **Lucimara Pinheiro da Silva**

CPF: ***.859.129-**

Data: Quinta-feira, 12 de Março de 2026 09:46:15

Emitido por Sub-Autoridade Certificadora GovernançaBrasil

Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse o endereço:

<https://sl.cidade360.cloud/TMG4i>



**Governança
Brasil**